

OG 16- PARTICIPAÇÃO SOCIAL - Promover a participação de representantes destas comunidades, nos espaços de controle social em relação às políticas públicas estaduais.

1.3 METODOLOGIA ADOTADA

O presente plano foi elaborado a partir da construção de duas visões quanto as políticas públicas para os povos tradicionais de matriz africana, uma visão de presente e uma visão de futuro.

Para a construção da visão de presente, foi utilizada a análise SWOT, metodologia de análise de ambientes (externo e interno) muito utilizada no meio organizacional, a qual estuda a competitividade de uma organização segundo quatro variáveis: Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Esta avaliação estratégica é uma das ferramentas mais utilizadas na gestão estratégica competitiva por relacionar as oportunidades e ameaças presentes no ambiente externo com as forças e fraquezas mapeadas no ambiente interno da organização (Chiavenato e Sapiro, 2003).

Para a elaboração da visão de futuro, foi utilizada a construção de cenários prospectivos, a partir de um diagnóstico que considerou os antecedentes, as tendências de peso e os Stakeholders.

Nessa construção de cenários, foi utilizada a Metodologia do Planejamento Estratégico da Escola Superior de Guerra (2020). Para tal, inicialmente foram identificadas as tendências de peso (Anexo A), seguida da associação das mesmas por 5 perspectivas: Política; Econômica; Psicossocial; Ciência e Tecnologia; Regionalização (Anexo B). Na sequência, foram identificados os Fatos Portadores de Futuro - FPF (Anexo C), que são fatos já ocorridos ou que estejam ocorrendo, que devem causar impacto ao criarem condições para que, posteriormente, possam ocorrer um ou mais eventos futuros, ou até mesmo possam dificultar/impedir que tais eventos ocorram (ESG, 2020).

Com base nos Fatos Portadores de Futuro, projetaram-se os Eventos Futuros Preliminares - EFP (Anexo D), que poderão ou não ocorrer no horizonte temporal considerado, como resultado de suposições coerentes e plausíveis, formuladas com base em um ou mais FPF (ESG, 2020). A seguir, foi realizada a reavaliação de tendências (Anexo E), analisando a possibilidade de ruptura dessas tendências diante dos FPF.

A partir das etapas anteriores, foram projetados os Eventos Futuros Finais (EFF), nos quais foram avaliadas a probabilidade e favorabilidade destes ocorrerem (Anexo F), de modo a se projetar a presença desses eventos no cenário (futuro) referente as políticas públicas para os povos tradicionais de matriz africana, nos próximos 3 anos, resultando nos cenários extremos (Anexo H).

Diante do exposto, o presente plano se propõe a proporcionar maior rigor técnico na definição de objetivos e iniciativas a serem desenvolvidas no horizonte temporal de 2021 a 2024, contribuindo tanto com a notoriedade da causa nas políticas de Estado, com a participação da sociedade civil, mas principalmente, com a mensuração e monitoramento mais adequados para os resultados pretendidos.

Neste sentido, o Plano se mostra como instrumento implementado para a gestão mais eficiente da política pública de segurança para os povos tradicionais de matriz africana, de forma exequível e mensurável, com foco no planejamento estratégico de curto e médio prazos e atendendo às necessidades de previsão orçamentária.

CAPITULO II : A CONSTRUÇÃO DO 1 PLANO ESTADUAL DE POLITICAS PÚBLICAS

2.1 MISSÃO E VISÃO DE FUTURO

2.1.1 MISSÃO: O presente plano tem como missão a definição de objetivos e iniciativas voltadas a implementação e monitoramento das políticas públicas prioritárias para os Povos Tradicionais de Matriz Africana por meio da coordenação da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social e, com a participação das demais Instituições federais, estaduais e municipais, visando-se a garantia de acesso a direitos e a promoção da tradição africana no Estado do Pará.

2.1.2 VISÃO DE FUTURO: o presente plano visa ser um instrumento de declaração e firmação das políticas públicas voltadas aos POTMAS, servindo de referência para a melhoria da prestação dos serviços públicos e de conscientização da sociedade paraense em todas as regiões integradas do Estado do Pará.

2.2 FASE DO DIAGNÓSTICO.

2.2.1 ANTECEDENTES E TENDÊNCIAS:

a) Antecedentes: enquanto fatos e acontecimentos que influenciam substancialmente a discussão da temática nos últimos anos no Pará, podem-se destacar:

1890 – Fundado o Terreiro de Tambor de Mina Dois Irmãos, o mais antigo de Belém, no Pará, e Tombado pelo Patrimônio Cultural do Pará em 2010, localizado na passagem Pedreirinha, bairro do Guamá:

1891-A maranhense de Codó (MA) Rosa Viveiros, Nochê Navanakoly conhecida como Mãe Doca, foi filha de santo do africano Manoel-Teu-Santo. Em 1891, apenas três anos após a abolição da escravidão - enfrentou o racismo e outros preconceitos da época e inaugurou seu Terreiro de Tambor de Mina na capital paraense.

1997 – O CONSEP aprovou a Resolução nº 15/1997, sendo a primeira que versou sobre a temática dos povos tradicionais de Matriz Africana.

2003 – Lei Nº 10639/03 Lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas;

2003-Dia 18 de março foi dedicado aos umbandistas e aos afro-religiosos através da Lei Municipal nº 8272, de 14 de outubro de 2003 (autoria do vereador Ildo Terra/PT) 2004- Lei Estadual nº 6.639, de 14 de abril de 2004 (autoria da deputada Araceli Lemos/ PSOL) e registra a luta de dona Rosa Viveiros, Também conhecida como Nochê Navanakoly e como “Mãe Doca” A homenagem é uma celebração à memória da luta de Nochê

2005– Conferência Nacional de promoção da igualdade Racial (Conapir);

2010 – Implantação da Delegacia de Crimes Discriminatórios e Homofóbicos, na PCPA;

2011 – Lançamento do Mapa da cartografia Social dos Afro-Religiosos de Belém;

2012- Estatuto da Igualdade Racial;

2013– Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades de Matriz Africana;

2014 - Criação do Conselho estadual do Povo de Terreiro (CPTERS);

2015- Marcha nacional das mulheres negras;

2016- Cartilha dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana;

2017- Resolução nº 306, de 30 de novembro de 2016, homologada pelo Decreto nº 1.690, de 03/02/2017, que atendeu a reivindicação e oficializou o Grupo de Trabalho de Matriz Africana;

2018- RESOLUÇÃO Nº 353/CONSEP/2018 - EMENTA: Criação e constituição do Comitê Permanente de Religião de Matriz Africana – CPRMA, homologado pelo Decreto Nº 14, de 29 de janeiro de 2019, DOE nº. 33.793 - 30/01/2019;

2019- Dia Municipal de Consciência das religiões de Matriz Africana, celebrado todo o dia 16 de Novembro de cada ano na forma que estabelece a lei municipal nº 9.478/2019.

2020 - A Câmara Municipal de Belem, criou a Medalha Honrosa de Mérito Afro-Religioso “Fé e Resistência Babá Tayando”;

2020- Lançamento do Livro “Direito dos Povos de Terreiros”;

2021- I Encontro Literário debate a cultura e as Religiões de Matriz Africana;

2021 – I Encontro Metropolitano de Povos Tradicionais de Matriz africana no Pará;

2022- I Encontro Literário debate a cultura e as Religiões de Matriz Africana.

b) Tendências de peso: quanto ao comportamento de indicadores referentes ao tema, demonstraram constância na série histórica dos últimos cinco anos:

Dimensões	TENDÊNCIAS DE PESO
CULTURAL	Redução de políticas públicas para povos quilombolas;
	Aumento do preconceito religioso e cultural nos distritos de Outeiro e Mosqueiro;
SEGURANÇA	Aumento da concentração de incêndios em áreas urbanas;
	Aumento de ocorrências de intolerância religiosa e violência institucional na rede de educação, no sistema de justiça e segurança pública;
	Aumento dos conflitos entre os órgãos do Estado e os grupos POTMA nas áreas de preservação ambiental;
	Aumento da insegurança da população ribeirinha, quilombola;
	Aumento dos boletins de ocorrência de casos de injúrias raciais na RMB (Região Metropolitana de Belém);
	Ausência de relatório de metrficação de indicadores de identidade racial;
	Existência da seletividade dos processos penais.
BIOPSICOSSOCIAL	Aumento de transtornos mentais na população POTMA;
	Redução do orçamento do Governo Federal para as pesquisas, Bolsa Permanência, cotas raciais e sociais das IES;
	Redução da aplicação da lei 10.639/03 na rede Estadual de educação básica;
	Aumento da institucionalidade de mediação de conflitos;
	Aumento da institucionalidade das políticas de igualdade racial.
MEIO AMBIENTE	Irregularização fundiária dos terreiros;
	Aumento da concentração de incêndios em áreas rurais nos últimos cinco anos.